O ENSINO PROFISSIONAL FEMININO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA (CAMPOS, RIO DE JANEIRO, 1922-1930)

Fabiana de Arruda Resende Reis¹

Silvia Alicia Martinez²

Resumo: Com o processo industrial e de modernização do Brasil, surgiu o ensino profissional, inclusive o feminino, que muitas vezes preparava as mulheres para serem melhores donas do lar e para ajudarem no orçamento familiar, qualificando-as para trabalharem fora de casa como professoras de arte ou até mesmo confeccionarem produtos para serem vendidos. Neste contexto visamos apresentar os primeiros resultados relativos ao estudo exploratório do ensino profissional feminino no estado do Rio de Janeiro, tendo como referência e objeto de estudo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos. Para tal, optamos pelo recorte temporal de 1922 a 1930, correspondente ao período entre o ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição.

Palavras-Chave: Modernização, Educação, Profissionalização do Ensino, Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.

Abstract: With the industrial and modernization processes taking place in Brazil, the professional teaching came about, including that of women. Often the teaching of women prepared them to be better housewives and to help in the family monthly income, qualifying them to work outside of the household as art teachers or developing handmade products to sell. Within this context, we aim at demonstrating the first results of the research carried out on the professional teaching of women in the state of Rio de Janeiro, having the school Escola Profissional Nilo Peçanha, which was founded in 1922 in Campos, as a reference for research. In order to accomplish that overview, we selected the period of 1922 to 1930, corresponding to the period of the inauguration of the school up to the end of the first administration by the first director of the institution.

Keywords: Modernization, Education, Professionalization of Teaching, Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha

¹ Mestranda do Programa de Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense, Campos; orientação: Silvia Alicia Martinez. Endereço eletrônico: fabi_sjdr@yahoo.com.br.

² Pós-Doutora em História da Educação pela Universidade de Lisboa; Professora Associada da Universidade Estadual Norte Fluminense. Endereço eletrônico: silviamartinez@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Na virada do século XIX para o XX o processo brasileiro de escolarização não ficou alheio às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que modificavam o perfil de um país predominantemente agrário, para um urbano-industrial. O intuito era aumentar a instrução da população e avançar rumo à modernidade, além de garantir a ordem social.

Barros (2003), entretanto, ressalta que se tratou, na verdade, de um projeto de modernidade excludente, pois a desigualdade ao acesso escolar ainda era evidente.

Em 1908, a maioria da população em idade escolar — cerca de 80% ou, aproximadamente, 150 mil crianças, entre 7 e 15 anos —, encontra-se empregada nas fábricas têxteis, nas tipografias ou em serviços urbanos, com jornadas que alcançavam, em média, 12 horas. Não é surpreendente que nesse período, sobre uma população de aproximadamente 810 mil habitantes, pouco mais da metade não soubesse ler e escrever (BARROS, 2003, p. 304).

Ainda que o projeto de modernidade tenha sido excludente, ficava evidente nas ideias dos intelectuais e nos discursos políticos a necessidade de progresso, a idealização de formar um cidadão cívico e moral a partir da escolarização, sendo que o analfabetismo era considerado um dos grandes entraves ao avanço do país. A escola era pensada pelos intelectuais dos anos 1920 como solução para os problemas da República Brasileira.

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações (CARVALHO, 2003, p. 14).

Os anseios pela modernidade e progresso da sociedade republicana se traduziam em avanços educacionais, em superação do atraso através da educação, inclusive na preocupação com o ensino profissional, com a formação de mão-de-obra. O princípio de nacionalidade adviria da educação para o trabalho e a função das escolas profissionais não seria apenas para suprir a demanda da modernização e industrialização, mas também com o civilizar as camadas populares, dando noções de moral, bons costumes, higiene e cultura nacional. Digamos que formaria um “cidadão útil” para a sociedade.

A educação, certamente, formava parte do projeto fluminense desde finais do século XIX, cujos representantes não eram alheios à crença ilimitada no progresso por meio da instrução, em circulação no período. O intuito, naquele momento, era, ao menos no plano das ideias, superar os atrasos de um Brasil colonial (agrário, pouco desenvolvido em termos de industrialização, modernização e urbanização), fazendo progredir a nação republicana que surgia, e aos poucos se consolidava, percebendo que avançar na educação da população, ainda que de maneira lenta, poderia ser um caminho para tal. E o sexo feminino não poderia ficar alheio a este processo de emancipação e progresso do país, ainda que sua instrução fosse voltada para o lar.

No bojo de pesquisas que visam compreender o processo histórico de escolarização na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, no texto se aborda a problemática da educação feminina e do ensino profissional, num contexto de crescente modernização do país. O foco do estudo centra-se na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922, sendo que o recorte temporal escolhido compreende desde sua criação até 1930, ano final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves.

A escolha pelo estudo da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha insere-se num contexto de pesquisa em que se estudam escolas de relevância da cidade de Campos, sendo inaugural no sentido de estudar uma instituição voltada para a educação de moças oriundas de camadas sociais menos abastadas da sociedade, se comparado o corpo discente desta instituição com o das outras estudadas, como o Liceu de Humanidades de Campos e a Escola Normal.

Dentre os vários aspectos do cotidiano escolar da instituição analisados, neste texto focamos apenas dois aspectos: os componentes da matriz curricular para a educação de meninas e o corpo discente que dela fez parte.

Para tal, foram analisados três tipos de documentos. Em primeiro lugar, aqueles que compõem o “arquivo histórico” da escola, como relatórios da diretora à instância superior, documentos de inscrição de alunas em disciplinas, o primeiro ano de funcionamento da escola; os cursos oferecidos; as médias alcançadas pelas alunas; o número de matriculadas e de desistentes; as turmas diplomadas; o aproveitamento das alunas; horário das aulas; termos de visita de inspeção; dados e pareceres sobre a direção; a secretaria; curso noturno; exposição das alunas; comemorações cívicas;

exames de admissão, entre outros. Também podemos encontrar cartas com depoimentos de alunas, professoras e demais pessoas da sociedade campista. Em segundo lugar, foi contemplado o marco legal que regulamentou a instituição no período. Por último, foram analisados jornais locais.

A seguir, refletiremos, inicialmente, acerca do papel da mulher nesse contexto e sobre o ideário que embasava os projetos de educação profissional feminina. Cabe aqui, entretanto, uma ressalva: não se tem como intuito esgotar ambas problemáticas, tão bastas e complexas por si só que seu aprofundamento faria transbordar os limites deste texto.

1 A MULHER BRASILEIRA E A SUA EDUCAÇÃO

Ao estudar o histórico papel da mulher no Brasil e a educação voltada para ela no decorrer dos tempos, verifica-se uma tendência crescente na crença da normalidade do modelo de família conjugal e a busca pela formação moral centrada nesta família. Nesse modelo, à mulher cabia a educação para o cuidado da casa, de atividades domésticas, visando cuidar bem do futuro marido e dos filhos provenientes do casamento. Mas o percurso foi longo...

O fato de ter sido colonizado por Portugal fez com que o Brasil herdasse da tradição ibérica a crença de que o sexo feminino fosse inferior, que a mulher não precisava ler, nem escrever e, em muitos momentos, sequer havia necessidade de falar, devendo todos obediência ao senhor patriarcal, inclusive sua esposa e filhas (RIBEIRO, 2003).

No Império, mesmo com a permanência da escravidão, os ideais de progresso eram evidentes. Segundo VEIGA (2011), na organização da monarquia constitucional, pela primeira vez apresentou-se a cidadania como modo de qualificação social, tendo como direito do cidadão a oportunidade de ir à escola, garantida pela Constituição de 1824, que dava às províncias a função da instrução popular. Para a autora, a política imperial renovou a educação com os fundamentos de escola para todos, inclusive para meninas, negros e mestiços, rompendo com a mentalidade colonial. Trata-se da “difícil tarefa de educar a diversidade dos brasileiros” (VEIGA, 2011, p. 153).

Na virada do século XIX para o XX, com crescentes progressos, reformas urbanas e inovações tecnológicas, verificou-se um maior movimento de luta das mulheres por atuação nos espaços públicos, pela igualdade de direitos, de educação e profissionalização. E foi nas cidades onde as mu-

danças no comportamento feminino puderam ser mais visíveis. Este processo de urbanização, atrelado à industrialização, trouxe novas oportunidades oriundas de um período de mudanças, marcado por novas formas de associação e lazer, novas oportunidades de trabalho para ambos os sexos, ainda que de forma desigual.

Scott (2012) considera as diversas modificações na sociedade brasileira nesse contexto, caracterizada pela autora como a “Belle Époque brasileira”. Afirma a preocupação de construir um país moderno e higiênico, deixando para trás seu caráter “agrário” e “atrasado”, uma vez que se aboliu a escravidão, proclamou-se a República, aumentou a imigração, além dos processos de industrialização e urbanização. Por estes novos padrões sociais, muda-se o papel desempenhado por homens e mulheres, alterados, sobretudo, por uma nova concepção de casamento. Segundo a autora, mulheres e homens passaram a escolher seus cônjuges, influenciados pela busca de uma vida familiar ideal, com a mulher em casa cuidando de seus afazeres, do marido e da educação dos filhos. O trabalho fora de casa era papel a ser desempenhado pelo homem, garantidor do sustento família.

Apesar da inclusão feminina na educação, não se pode simplificar este processo uniformemente, pois era gritante a distinção do aceso de meninos e meninas ao ambiente escolar. E ainda que a educação feminina representasse um avanço para as mulheres, esta continuava a ser justificada pela maternidade.

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porquê mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial — como esposa e mãe — exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na formação de futuros cidadãos (LOURO, 2000, p. 446 e 447).

No Brasil, como também em diversos outros lugares, foi frequente a crença em uma natureza feminina que garantiria às mulheres seu lugar

como “donas do lar”, com a predestinação para casamento e filhos. Partindo deste princípio, seria lógico imaginar que não haveria espaço para a mulher em outro lugar que não fosse a casa, aos cuidados do marido e criação dos filhos, assim como para os homens o lugar ser pertencente às ruas e ao mundo do trabalho, na busca por cumprir suas obrigações que se resumem no sustento casa, da mulher e dos filhos. Os papéis pré-definidos ao marido e à mulher seriam complementares, mas jamais com direitos iguais.

Foi principalmente no século XX, que vagarosamente as mulheres começaram a quebrar determinados padrões, ainda que houvesse inúmeras distinções entre as posições do homem e da mulher perante a sociedade. A mulher moderna se mostrou capaz de realizar tarefas difíceis antes retiradas de sua participação. Mas ainda que tenha aumentado a participação feminina em diversos setores sociais, inclusive no mercado de trabalho, devemos ressaltar que ela ainda era instruída e formada para o casamento, preparada para a vida do lar, enquanto o homem recebia preparação para uma vida voltada para os cuidados financeiros e também para a vida militar.

A seguir, focamos a reflexão, mesmo que brevemente, sobre o ensino profissional a ela destinado.

2 NOTAS SOBRE O ENSINO PROFISSIONAL (FEMININO) NO BRASIL

O Ensino Profissional no Brasil tem sido abordado por alguns pesquisadores que, em geral, estabelecem as relações entre modernidade, profissionalização e educação.

Assim, a relação que se estabelece entre a educação, sociedade e tecnologia, passa a incluir o mundo do trabalho na escola. Apesar de predominar ainda, de forma geral na Europa e também no Brasil do século XIX a escola “livresca”, iniciou-se um movimento de ampliação da educação escolar, paralelo ao progresso industrial e ao desenvolvimento da nova aprendizagem profissional (CARDOSO, 2009, p. 122).

Em fins do século XIX, muitas instituições direcionadas para crianças desvalidas se transformaram em institutos profissionais femininos ou masculinos. Precisou-se de muito tempo para que a mentalidade relativa à necessidade de educação voltada para o ensino de ofícios se concretizasse na forma de escolas profissionais. Ressalta também Cardoso que mais do que preocupar-se em qualificar a mão-de-obra para os trabalhos industriais, havia preocupação em proteger a sociedade contra a desordem que os desvalidos poderiam propiciar.

No contexto da República surgiram os anseios de criação das primeiras escolas profissionais masculinas oficiais no Estado do Rio de Janeiro: em Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, com projeto de Nilo Peçanha, então Presidente do Estado em questão, a partir do Decreto n. 987, de 11 de setembro de 1906. “O decreto previa que as escolas fornecessem calçado e roupa ao Corpo Militar do Estado, à Detenção, à Colônia Agrícola de Alienados e à Penitenciária, assim como o mobiliário para escolas e repartições públicas” (FONSECA, 1961, p. 185). Porém, este projeto não se concretizou, somando-se a um conjunto de “Decretos não sancionados” naquele ano.

Em 1909, pelo Decreto n. 7.566, promulgado também por Nilo Peçanha, agora já como presidente, criou-se, em cada capital de Estado, com exceção do Rio Grande do sul e do Rio de Janeiro, uma Escola de Aprendizagem e Artífices. A escola do Estado do Rio de Janeiro foi instalada em Campos dos Goytacazes em lugar de Niterói, capital à época, por faltar na cidade um prédio apropriado para tal. Estar-se-ia concretizando o projeto anteriormente abortado de ter uma escola profissional masculina em Campos.

Segundo Veiga (2007), estas escolas de ensino profissional primário gratuito, destinadas a meninos entre 10 e 13 anos e com frequência obrigatória, se justificavam à época “pelo crescimento da população proletária das cidades, a necessidade de formação de hábitos para o trabalho e de preparar cidadãos úteis para a nação” (p. 251). Para os analfabetos, era oferecido curso primário e aula de desenho, em turnos diurno e noturno.

Observa-se que os esforços do governo federal, relativos ao ensino profissional, eram voltados especialmente ao público masculino, alvo dessas instituições criadas em 1909. As iniciativas referentes à educação profissional feminina aconteceram posteriormente e a cargo dos Estados e do Distrito Federal.

Bonato (2001), ao estudar as escolas de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal, em especial a Escola Profissional Paulo de Frontin (1919), afirma que o objetivo das escolas profissionais era “formar moças prendas, para o lar e para o trabalho, em caso de necessidade” (BONATO, 2001, p. 1). Afirma também que a escola profissional era destinada à formação de moças pobres, sendo consolidada, ao longo do tempo, como formadora de mão-de-obra feminina que serve ao lar, à indústria e ao comércio.

Em relação à classe social das alunas das escolas profissionais femininas, parece consenso que o público alvo destas instituições era formado por pobres. Mas Freitas (2011) pondera ser muito arriscado visualizar o ensino profissional como apenas restrito às mulheres pobres, pois se incorreria numa explicação generalizada acerca da figura feminina profissionalizada. Para a autora, não é possível traçar um único perfil que identifique uniformemente as mulheres, especialmente aquelas que desfrutavam desse ensino de orientação útil ao mundo do trabalho e que posteriormente adentravam aos postos profissionais.

Os estudos sobre o ensino profissional feminino indicam um caráter formativo, com anseios de moralização e civilização das alunas. A instrução dada para a profissionalização do sexo feminino não visava somente formação de trabalhadoras para as fábricas ou para o magistério, mas, sobretudo, um reforço de tarefas do lar.

Seguindo esta linha de pensamento, tenta-se responder um grande questionamento em relação à profissionalização do ensino para o caso feminino, pois as escolas profissionais geralmente são associadas ao intuito de formação de mão-de-obra para industrialização, em virtude da modernização do Brasil. Contudo, nem sempre as moças formadas pelas escolas profissionais iriam trabalhar no setor fabril. De acordo com Camara (2003), que analisa as reformas de instrução pública e a educação profissional feminina no Distrito Federal na década de 1920,

A reforma viabilizou as escolas profissionais femininas, a inserção de conhecimentos específicos com base nos quais as mulheres deveriam atuar na criação dos filhos e na sua constituição como elemento fundamental na estruturação da casa e da vida familiar. A ela não foi negado o lugar da profissionalização, desde que mantivesse circunscrita ao universo de trabalhos domésticos considerados próprios para as mulheres. Embora a reforma orientasse as escolas profissionais femininas a seguirem o modelo da indústria na organização do tempo das aulas e na produção de seus trabalhos, também identificou, como fundamental, a apropriação, pelas alunas dos conhecimentos sobre o processo de elaboração e produção de seu trabalho, permitindo-lhes desenvolver uma visão integral do mesmo. Esse fato nos possibilita repensar uma explicação corrente, na historiografia da educação, que insiste em atrelar de forma imediatista o projeto de educação desenvolvido pelos educadores na década de 20 à dimensão da fábrica, sem ponderar sobre os matizes dessa questão e sobre as articulações da

escola com outros campos além do econômico (CAMARA, 2003, p. 414; grifo meu).

Enfim, a partir de considerações apontadas por diferentes autores acerca do ensino profissional brasileiro, na tentativa de se esclarecer um pouco sobre este tema, sobretudo no que diz respeito à educação profissional feminina, pode-se afirmar que o desenvolvimento do comércio, da indústria e da urbanização propiciou interesses no campo da educação, da aprendizagem escolar, com novas medidas para a instrução popular e para o ensino profissionalizante. Estas medidas desencadearam um processo de formação dos trabalhadores necessários à indústria, legitimando iniciativas relacionadas ao ensino de ofícios, com o processo assumido pelo Estado: aos homens o ensino para trabalho nas indústrias e para as mulheres, o ensino voltado para atividades do lar ou no auxílio da renda familiar. O ensino profissional passou a ser associado, então, como elemento de progresso material e moral da sociedade, sendo bastante ligado ao discurso republicano do início do século XX, que elevava a nação brasileira a um futuro promissor, voltado para o progresso.

3 A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se localizava no centro da cidade, onde, atualmente, funciona o Colégio Estadual Nilo Peçanha e sua inauguração foi noticiada nos jornais da cidade.

A criação desta instituição não representou um acontecimento isolado. Junto a ela, foram criadas mais três instituições profissionalizantes: outra feminina, a Aurelino Leal de Niterói, e mais duas masculinas, as escolas “Visconde de Moraes” e “Washington Luís”, na mesma cidade.

Na tentativa de se entender a lógica de sua criação e seu funcionamento, buscou-se nos regimentos que regulamentaram as escolas profissionais do Estado do Rio de Janeiro alguns elementos que pudessem dimensionar os anseios e expectativas com o ensino profissional naquele período.

CAPÍTULO I

Do ensino profissional — sua natureza, objecto e fins

Art. 1º — O ensino profissional, de character essencialmente educativo, é gratuito para ambos os sexos e ministrado em estabelecimentos distinctos, que funcçionam sob o regimen de externatos.

Art. 2º — Consiste o ensino profissional no lecionamento de artes e ofícios, paralelo à cultura física, intelectual e cívica dos alunos, e visa prepará-los, de um modo geral, para a vida prática e, especialmente, para o exercício do magistério em estabelecimentos congêneres e seções profissionais junto a institutos de ensino primário.

Art. 3º — O ensino profissional se distingue em masculino e feminino: o primeiro ministrado nas escolas “Visconde de Moraes” e “Washington Luís”, na cidade de Niterói; o segundo, nas escolas “Nilo Peçanha” e “Aurelino Leal” — esta da cidade de Niterói e aquela da de Campos (Regulamento n. 2.160, de 31/01/1926).

Pelo capítulo I do regulamento citado acima ficam evidentes alguns elementos importantes para o estudo das escolas profissionais, tanto femininas como masculinas na década de 1920. Observa-se seu caráter de instituição pública gratuita, tanto para homens quanto para mulheres, em estabelecimentos separados, sob o regime de externato. O ensino era voltado, sobretudo, para artes e ofícios, mas também se incluía em sua proposta curricular cultura física, intelectual e cívica dos alunos, no intuito de prepará-los para a vida prática e para o magistério em estabelecimentos congêneres e seções profissionais.

A natureza, o objeto e fins do ensino profissional através de sua regulamentação vêm de encontro às palavras de Carvalho (2003), ao afirmar que regenerar o brasileiro era uma dívida republicana a ser resgatada na Primeira República, tornando sua população saudável, disciplinada e produtiva. A educação era tida como causa cívica de redenção nacional.

O funcionamento das escolas profissionais femininas (e também masculinas) do Estado do Rio de Janeiro, durante os anos pesquisados, foi regulamentado por três Decretos distintos: o de n. 1.954 (de 13 de maio de 1923); o de n. 2.160 (de 31 de janeiro de 1926); e o de n. 2.380 (de 14 de janeiro de 1929).

Pelo Decreto n. 1.954, de 13 de maio de 1923, o curso oferecido pelas escolas profissionais era composto por um currículo de três anos, compreendido por uma parte denominada Curso Geral (com disciplinas de português, aritmética, geografia, história pátria, física, química, higiene, economia doméstica e outras) e outra denominada curso técnico (com oficinas de costura, bordados e rendas, chapéus e cozinha). Segundo o mesmo Decreto, o aproveitamento das alunas seria avaliado com notas que variavam entre a mínima de 1 e a máxima de 5.

Já o Decreto n. 2.160, de 31 de janeiro de 1926, determinava que o currículo das escolas profissionais passasse de três para quatro anos de ensino.

CAPÍTULO II

Organização e plano geral de estudos

Art. 4º — O período de ensino das escolas profissionais será de 4 anos, ministrado num curso geral, fundamental, de carácter obrigatório, e, paralelamente, nos cursos especiais, que se referem os arts. 6º e 7º.

Parágrafo único. Uma vez promovido ao 2º anno do curso geral, o alumno optará por um dos cursos especiais, conforme as aptidões verificadas durante o primeiro anno daquelle curso, em que será obrigado a percorrer todas as officinas pelo systema rotativo, a critério da direção do estabelecimento (Regulamento n. 2.160, de 31/01/1926).

As matérias do curso geral, consideradas importantes para a formação feminina do período, eram lecionadas em todos os anos do curso, como Português, Artes Aplicadas, Economia Doméstica, Música, Instrução Moral e Cívica e Desenhos e Trabalhos Manuais. As aulas aconteciam no turno da tarde, diariamente, de segunda a sábado. Já as aulas das oficinas aconteciam pela manhã, em horários diários de 9 às 12 horas, exceto aos domingos. As alunas do 1º ano passavam por todas as oficinas, alternando-as a cada 15 dias, num sistema denominado rotativo.

A partir de dados encontrados na documentação do arquivo da escola, ressalta-se o elevado número de trabalhos produzidos nestas oficinas ao longo dos anos, como pode ser observado na tabela 1, em anexo. Pode-se considerar que as oficinas compunham parte importante do currículo do ensino profissional feminino e que, no geral, a produção da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha era elevada, evidenciando a importância atribuída ao ensino especial da escola. Ao final de cada ano os trabalhos produzidos pela escola eram expostos a toda a sociedade na forma de exposição, gratuita e aberta ao público.

4 ENTRE CHAPEUS, CORTES E COSTURAS, BORDADOS E RENDAS, FLORES E FRUTOS: ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA

Como já mencionado, o ensino profissional no Brasil surgiu com direcionamento voltado a alunos de classes sociais menos favorecidas, sendo que o público alvo destas escolas era os desvalidos e órfãos, na expectativa de lhes ensinar um ofício para suprir a demanda de mão-de-obra nas indús-

trias que surgiam. Inicialmente foram criadas as escolas de ensino técnico profissionalizante para o sexo masculino e feminino, com os Liceus de Artes e Ofícios, que recebiam também meninas. Em momento posterior surgiram as escolas profissionais femininas, inclusive a Nilo Peçanha, em Campos dos Goytacazes.

Assim como as demais instituições de ensino voltadas para a profissionalização, há vestígios que nos levam a acreditar que a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha também privilegiava a matrícula de meninas pobres, de classes socioeconômicas menos abastadas. Um desses indícios vem do próprio relatório de inspeção contido no arquivo da Escola, no qual as considerações do inspetor geral afirmavam que “exercícios há, indispensáveis, que não tem podido ser feitos pela falta de material, visto como as alumnas, em geral, não dispondo dos necessários recursos pecuniários, não podem adquiril-os à sua custa” (trecho encontrado no relatório de inspeção de 25/05/1926, pelo Inspetor do Ensino Profissional José Joaquim da Costa).

Pondera-se aqui, vale ressaltar, que apesar de considerar este perfil como predominante, não significa que esta pesquisa exclui a possibilidade de terem estudado ali meninas com condições financeiras melhores. Era possível que mesmo sem pertencerem a famílias humildes, algumas meninas se matriculassem para estudar prendas manuais, como Freitas (2011) considerou ao analisar a Escola Profissional Feminina de Curitiba.

O número de matriculadas na Escola era de aproximadamente 130 alunas por ano, variando um pouco para mais ou para menos, dependendo de cada ano, com aulas diárias de 9 às 16 horas, inclusive aos sábados. De acordo com a legislação,

Art. 49 — As aulas começarão nunca antes das 8 e terminarão no máximo às 17 horas.

Art. 50 — Cada aula do curso geral durará 50 minutos, havendo além do intervalo de 10 minutos, de aula para aula, um de 50 minutos para a refeição e outro de 30 minutos para descanso dos alunos (Decreto n. 2.160, 1926).

As alunas deveriam ter no mínimo 12 anos de idade e no máximo 20 anos. Deveriam apresentar o Diploma ou Certificado de conclusão do curso primário, ou fazer uma prova, chamada de Exame vestibular, Exame de Admissão e também conhecida como Prova Oral. Também poderiam ingressar meninas formadas pelo curso normal, ou de promoção à 4ª série de grupo escolar, conforme previsto na regulamentação do ensino profissional.

Art. 40 — A matrícula originaria no 1º anno, do curso profissional, será requerida juntamente com o exame de admissão sob condição de aprovação neste. Paragrapho único. Do exame de admissão para o effeito da matrícula no 1º anno, estão isentos aquelles candidatos que exhibam certificados de exame final em escola primaria de 2º gráo, ou de promoção à 4ª serie de grupo escolar, bem como as diplomadas por escola normal do Estado (Decreto n. 2.160, 1926).

As candidatas que apresentassem o documento de conclusão do ensino primário estavam habilitadas e ficavam isentas do vestibular.

Conforme a publicação da imprensa local (Jornal Monitor Campista, exemplares da década de 1920), estas provas constavam das disciplinas de Português, Aritmética, Economia Doméstica, Álgebra e Geometria; e eram marcadas em datas e horários previamente anunciados por dias consecutivos. Porém, cumprindo a regulamentação, e pela documentação da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, é possível perceber a inserção de alunas que tinham estudado apenas até a 3ª série primária, algumas muito tempo atrás, e carregavam dificuldades para acompanhar o ritmo das disciplinas, o que acabava por gerar déficit de aprendizagem, muito citado pelas professoras e pela diretora da escola, como nos trechos dos Livros de Registros da escola, explicitados abaixo.

No primeiro trecho há observações feitas pela diretora em relação ao baixo índice de aproveitamento de determinadas alunas.

[...] Considerando o grande numero de alumnas que não são promovidas apezar da media ser pequeniníssima e facilmente obtida nos termos dos artigos 56 e 61 (b) deduz-se que o preparo exigido como condição de admissão (art. 40) não é bastante para os programmas a observar. Não podem, entretanto, sofrer grandes alterações esses pogrammas porque as disciplinas dos dois últimos anos do curso exigem um preparo básico extenso e completo. Exemplificando: no 1º anno as alumnas, vindas de 3ª serie, feita muitas vezes há anos passados devem aprender o extenso programma de arithmetica para estudar no 2º o de Algebra e no 3º o de Geometria. Ora se realmente as alumnas tem necessidade de um desenvolvido estudo de mathematica como auxiliar dos programas de Physica e Chimica, não têm preparo inicial para em tão pouco tempo (3 horas por semanas) firmar-se no longo programma de arithmetica. [...] (trechos retirados das observações gerais feitas pela Diretora da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, Maria Pereira das Neves, ao Inspetor Geral de Ensino, no ano de 1927).

O trecho abaixo também aponta, por uma professora, dificuldades por parte de determinadas alunas, sobretudo as que possuíam apenas a 3ª

série ao ingressar na Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, feita há muito tempo atrás, acarretando, com isso, dificuldades de aprendizagem.

Respondendo ao vosso officio, devo comunicar-vos que não terminei o programma de Arithmetica e que só com muito esforço consegui completar o de Algebra e isso pelas razoes que exponho: São admittidas na Escola alumnas de 3ª série, alguns, às vezes, obtidos há annos, portanto meninas atrasadas, esquecidas e sem preparo básico bastante para aprenderem num só anno, embora praticamente, toda a Arithmetica, como o programma exige. [...] Para execução do nosso actual programma seria necessário que as candidatas ao 1º anno viessem com preparo básico equivalente a 5ª serie dos Grupos Escolares, mas uma vez que são admittidas ao curso profissional alumnas que terminaram apenas a 3ª serie, acho que seria mais acertado que o estudo de Arithmetica fosse feito no 1º e no 2º anno do curso. Assim, com mais proveito e facilidade estudaram Algebra e Geometria que passariam a ser matérias do 3º anno. [...]

Assig: Elza Pereira das Neves, professora cathedratica de Mathematica Elemental (Resposta dada à diretora Maria Pereira das Neves por um officio enviado á catedrática de Matematica Elemental, em 9/12/1927).

Os documentos requeridos para a matrícula na escola eram: Certidão de idade — o Registro Civil de Nascimento; atestado de Vacina, além do já mencionado Diploma ou Certificado de conclusão do ensino primário. Era preenchida uma ficha contendo as informações básicas referentes à filiação, endereço e naturalidade de cada aluna.

Interessante evidência encontrada nos livros de registros da escola diz respeito ao fato de que apesar de todas as dificuldades de aprendizagem, de cumprir os extensos programas da grade curricular, o aproveitamento era considerado satisfatório, e o sucesso era atribuído ao coletivo, ao grande esforço por parte de todos que faziam parte da escola.

As alunas que se destacavam nos estudos, assim como na assiduidade nas aulas, tendo um número mínimo de faltas e o máximo de notas, recebiam prêmios nas festas escolares do fim de cada ano. Muitas vezes estes prêmios eram entregues por pessoas de reconhecimento social, como o prefeito da cidade, o juiz de paz, a própria diretora da Escola Profissional. Tanto a presença de pessoas ilustres da sociedade, como pela divulgação nos jornais locais, observa-se que estes eventos de premiação prestigiavam as boas alunas e serviam de exemplo para as demais alunas da instituição.

Como incentivo ao estudo e premio ao trabalho, foram distribuídos prêmios às alumnas que obtiveram primeiros, segundos e terceiros logares, nas

diversas disciplinas do curso e às que foram mais assíduas na frequência à Escola.

Pelo sr. Bruno de Azevedo, prefeito do município, foram distribuídos os prêmios que couberam às alumnas: 1º — Cacilda Mattos, Maria Antonieta Lacerda, Zilda Vasconcellos, Aida Motta e Maria Isabel Pinheiro; 2º lugar — Alice Marins, Maria Antonieta Soares, Carolina Andrade e Nair Loureiro; 3º lugar — Suzana Smith, Dalka de Barros Lima, Elina Pereira das Neves, Mercedes Nunes, Emma V. Alvarenga e Hildo e Avila. Pela diretora foram entregues os prêmios conquistados pela assiduidade a Maria Antonieta Lacerda, Olympía dos Santos Lacerda e Djanira Pinto e instituído um premio anual com o nome de Maria Antonieta e Olympia Lacerda, pela frequência maxima, como homenagem a essas duas alumnas modelares, por vários títulos. Estiveram presentes o sr. Bruno de Azevedo, prefeito do município, dr. Obertal Chaves, delegado escolar, dr. Neves Filho, juiz de direito da 2ª vara, e muitas exmas. Famílias e cavalheiros (Folha de Comércio, 18/11/1924).

Um dado importante diz respeito ao fato de que em sua grande maioria, as alunas possuíam melhores aproveitamentos nas oficinas do que no curso geral. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de se identificarem mais com a parte técnica do curso do que com a parte teórica, ou pela base escolar fraca ao se matricularem no curso profissional. Também havia a questão do exame de admissão, tido como pouco rigoroso.

Já com as oficinas oferecidas pelo ensino técnico, provavelmente elas já tiveram algum contato, pois as mulheres eram, geralmente, educadas pela mãe, ou alguma outra mulher da família, para se tornarem “meninas prendadas”.

Para exemplificar o que foi dito acima, apresentam-se as notas de duas alunas do primeiro ano de 1928, uma com sucesso e a outra não.

Pelo Regulamento, a nota máxima era de 5 e a mínima de 1.

Notas da aluna Amorita Vieira Maciel: obteve promoção para o ano de 1929	Notas da aluna Carmen Silva: não obteve promoção para o ano de 1929
Português: 3.5	Português: 0.43
Aritmética: 2.8	Aritmética: 0.0
Economia Doméstica: 1.75	Economia Doméstica: 0.4
Instrução Moral e Cívica: 1.35	Instrução Moral e Cívica: 0.1
Desenho: 1.85	Desenho: 1.75
Música: 4.68	Música: 1.31
Cultura Física: 3.5	Cultura Física: 1.9
Artes Aplicadas: 3.9	Artes Aplicadas: 3.5
Oficina de Costura: 4.83	Oficina de Costura: 4.16
Oficina de Bordados: 4.16	Oficina de Bordados: 3.16
Oficina de Chapéus: 4.33	Oficina de Chapéus: 4.83

Mesmo obtendo notas para a promoção, observa-se que as notas da aluna Amorita Vieira Maciel em economia doméstica, instrução moral e cívica e desenho foram bem próximas da nota mínima exigida pelo curso, 1. Em compensação, em todas as disciplinas práticas ela conseguiu quase a nota máxima de 5. Já Carmem Silva, em diversas disciplinas do curso geral as notas foram abaixo da nota mínima de 1. Inclusive em aritmética ela não conseguiu sequer um décimo de ponto. Mas há de se ressaltar que mesmo não conseguindo notas para promoção de ano, seu aproveitamento nas oficinas e na disciplina de artes aplicadas foi muito bom.

Após a formatura, muitas egressas passavam a exercer a função de professoras, seja na própria escola profissional que estudaram, como em grupos escolares que forneciam seção profissionalizante. Poucos dados ainda foram encontrados sobre outros destinos profissionais das egressas, embora se intuem diversas formas de inserção profissional além das encontradas.

Enfim, como forma de sintetizar formas de pensar do corpo discente da escola, tal vez daquelas alunas “modelares”, abaixo se transcreve uma carta escrita por uma aluna da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em seu último ano de curso, apresentando as impressões que ela própria tinha da instituição de ensino que fazia parte.

Foi tão agradável a impressão recebida nas horas passadas nesta casa, que me faltam elementos para externa-la. Francamente não sei dizer o que mais me agradou. Apreciei muitíssimo os trabalhos manuais, feitos com o máximo capricho e apurado gosto. Notei a disciplina com que se mantem as alumnas e bem assim o asseio que reina em tudo. Foi delicioso o tempo aqui passado que correu veloz como um relâmpago, produzindo a luminosidade de uma alegria e deixando logo após a mancha escura de uma saudade!

Campos, 16 de setembro de 1927.

Assig: Irene de Azevedo, alumna do 4º anno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, pode-se afirmar que o papel das mulheres na sociedade brasileira passou por uma grande transformação e que, ao longo do tempo, elas foram conquistando espaço dentro e fora de casa. Contudo, reitera-se grande atenção no tempo demandado para que a sociedade começasse a aceitar estas transformações, além das dificuldades encontradas pelo sexo feminino para se afirmar como capaz de realizar funções antes

concebidas somente aos homens. No Brasil há um forte histórico de educação feminina no intuito de instruí-las para serem boas filhas, esposas e mães. O serviço doméstico, inclusive, era diretamente voltado ao público feminino.

O desenvolvimento do comércio, da indústria e da urbanização propiciou interesses no campo da educação, da aprendizagem escolar, com novas medidas para a instrução popular e para o ensino profissionalizante. Estas medidas desencadearam um processo de formação dos trabalhadores necessários à indústria, legitimando iniciativas relacionadas ao ensino de ofícios, com o processo assumido pelo Estado: aos homens o ensino para trabalho nas indústrias e para as mulheres, o ensino voltado às atividades do lar ou ao auxílio da renda familiar, ou seja, o ensino das “artes industriais” para o sexo masculino e de “prendas manuais” para o sexo feminino. Ao homem cabia o ofício das madeiras e dos metais, e à mulher o ofício da família e dos tecidos, tendo o ensino para as moças como uma lista de refinamentos com o intuito de melhorar sua reputação aos olhos de um possível noivo e respectiva família.

A educação era o meio de se buscar melhores condições de vida, oportunidades de crescimento futuro. Estas ideias eram muito difundidas pelos intelectuais da Primeira República e também faziam parte dos discursos políticos vigentes. Neste contexto foram criadas as escolas profissionais, no intuito de propiciar oportunidades de crescimentos pessoal e profissional. Não é sem propósito que este tipo de ensino tenha sido direcionado para camadas mais pobres da população, que geralmente não possuíam muitas oportunidades de ascensão econômica e social.

Para as mulheres o ensino profissional feminino desempenhava o papel de prepará-las para serem melhores donas do lar, mais prendadas, conseguindo elas próprias confeccionar tarefas domésticas, como costurar, bordar, fazer chapéus e cuidar bem da casa, do futuro marido e dos possíveis filhos.

As escolas profissionais também propiciavam a essas meninas uma oportunidade de ajudarem no orçamento familiar caso houvesse necessidade, tendo agora qualificação para trabalhar fora de casa, como professoras, como muitas egressas da Escola Profissional Feminina o fizeram, ou até mesmo confeccionando produtos para serem vendidos por elas próprias ou recebendo pela confecção de prendas, sem sair de casa.

Na verdade, ainda há muito que se desvendar acerca da atuação feminina, e de sua educação profissional, não apenas dentro da escola, mas

em todos os setores da sociedade. Ainda hoje questões sobre gênero são bastante discutidas, sobretudo no que tange ao papel social da mulher.

Pode-se, claramente, perceber que as mulheres conquistaram seu espaço ao longo do tempo e que hoje desempenham papéis importantes na sociedade. Contudo, é comum perceber que, apesar de todas as conquistas femininas, pode haver, ainda, certa distinção em relação a determinados cargos profissionais e à diferenciação de salários. À mulher a ocupação doméstica, ainda que atrelada à vida profissional. Há quem pense, inclusive, que hoje não existam mais mulheres como antigamente, ou pelo menos não existe mais a mulher como se imagina que ela deva ser, não permitindo, muitas vezes, que consiga se situar além de seu sexo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Armando Martins de. A escola nas práticas discursivas ao olhar: sociabilidade e educação na cidade do Rio de Janeiro ao início do século XX. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 287-309.

BONATO, Nilda Marinho da Costa. *Uma escola de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo Frontin (1919)*. Caxambu, 2001. Trabalho apresentado na XXIV Reunião Anual da ANPED.

CAMARA, Sônia. As reformas de instrução pública e a educação profissional feminina no Distrito Federal durante os anos 20. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 399-417.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A trajetória da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937). In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro. (Org.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009, p. 121-145.

CARVALHO, marta M. Chagas de. *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 510-553.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. 2. ed. em CD ROM. Rio de Janeiro: CEFET, 1961.

FREITAS, Danielle Gross de. *Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917-1974)*. Curitiba, 2011. 131 f.

- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443-481.
- MAGALDI, Ana Maria B. M. Educando a família, construindo a Nação (anos 1920/30). In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 419-439.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 367-421.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Chynthia Greive. (Org.). *Trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 79-94.
- SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Chynthia Greive. (Org.). *Trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 205-224.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SCOTT, Ana Silva. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012p. 15-42.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, 2008.
- VEIGA, Cynthia Greive. História política e história da educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 13-47.
- VELLOSO, Monica Pimenta. Em busca da identidade nacional: diferentes expressões do moderno e da brasilidade. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 349-373.